

PAINEL S.A.

Pedido de revisão em política da Petrobras se espalha por setores da economia

Indústrias afetadas reclamam do aumento dos preços dos combustíveis e do asfalto

SÃO PAULO

As pressões por revisão na política de paridade internacional de preços da Petrobras deixaram de ser um discurso vinculado aos caminhoneiros e começam a se espalhar por diversos setores da economia.

Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da **ABCR** (associação de concessionárias de rodovias), diz que há um alerta vermelho no setor em relação ao aumento nos preços.

"O setor de concessão de rodovias reconhece que o aumento expressivo do preço do CAP [cimento asfáltico de petróleo] nos últimos meses tem prejudicado as concessões. Isso impacta a sustentabilidade financeira dos projetos", diz.

Barcelos diz que as empresas estudaram importar o asfalto da Rússia, mas foram impedidas pela guerra.

"Nós estamos reféns de uma atuação praticamente monopolista. A Petrobras é a única provedora nacional desses insumos e todo o setor fica refém da política que ela estabelece em relação a esses insumos", diz.

O diretor da **ABCR** afirma que há conversas com o **Ministério da Infraestrutura** e a **ANTT** (Agência Nacional de Transportes Terrestres) sobre alternativas para contornar a situação, que

atinge contratos vigentes e futuros.

"Se não houver um equacionamento, os governos vão começar a enfrentar problemas de competitividade nas licitações das concessões de rodovias. Ou vai reduzir o número de empresas interessadas porque o preço está muito alto ou vamos correr o risco de ter licitações desertas", diz.

José Carlos Martins, presidente da **CBIC** (indústria da construção, que também foi atingida pelo aumento do diesel e do asfalto), reclama de monopólio.

"A Petrobras é o único monopólio, real, sem regulação. Funcionários e acionistas decidem o quanto o brasileiro irá pagar. Estão somente preocupados com seus salários e dividendos", diz.

O presidente da **Abiplast** (associação da indústria de plásticos), José Ricardo Roriz, também defende revisão na política vigente.

"Apesar de o Brasil ter se tornado autossuficiente em petróleo e subsidiado a produção do etanol por muito tempo, os brasileiros vão pagar um preço alto com as consequências da guerra na Ucrânia. Só quem vai ganhar muito com isso vai ser a Petrobras e os produtores de álcool", afirma.

A **ANTF** (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários) diz que não defende a revisão dos preços da Petrobras, mas tem direcionado seus esforços para equilibrar o fluxo de caixa das concessionárias, que

sofrem com o alto preço do diesel. O combustível responde por cerca de 35% do custo operacional de uma ferrovia.

Segundo Fernando Paes, diretor-executivo da entidade, o setor está preparando um estudo para enviar à **ANTT** falando sobre os impactos do megauumento na operação e na construção de novas ferrovias.

O material também apresenta possíveis soluções. Uma das alternativas seria a revisão de tetos tarifários, que determinam o valor máximo que pode ser cobrado por tonelada em cada trecho.

"Com o aumento do diesel, tem trechos que, nem se colocar a tarifa no teto máximo, conseguimos fazer com que seja rentável", diz Paes.

A entidade também deve sugerir como opções a redução de pagamentos de outorgas e taxas de arrendamento, a reavaliação de investimentos e até mesmo prolongamento do prazo das concessões.

A **Abear**, associação que reúne as grandes companhias aéreas no Brasil, também se manifesta a favor de revisão na política de paridade internacional de preços da Petrobras, especialmente após o novo aumento no preço do QAV (querosene de aviação), na sexta (1º), que superou 18% em Guarulhos e outros aeroportos.

Joana Cunha com Andressa Motter e Ana Paula Branco